

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas 3



Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas 3



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
162	<p>Investigação científica nas ciências sociais aplicadas 3 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas; v. 3)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-897-7 DOI 10.22533/at.ed.977192312</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.72</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os pensadores que realizaram as primeiras investidas efetivas no campo dos estudos sociológicos em fins do século retrasado, nomes como Marx e Durkheim, ocuparam-se de pintar com uma paleta científica paisagens até então dominadas pelas cores planas e pouco variadas do senso comum, do pensamento religioso e de uma ampla cadeia de preconceitos. Para estes pensadores, o desafio era desenvolver regras gerais e algo semelhante a uma física para uma matéria prima aparentemente tão amorfa e envolta em tabus quanto o complexo emaranhado de relações estabelecidas no seio das aglomerações humanas.

A afirmação de que, em relação a outros campos de conhecimento, as Ciências Sociais são jovens, já se converteu em uma máxima confortável, demasiado utilizada. Por um lado, é certo que o interesse por observar os fenômenos sociais à luz do método científico se articulou concretamente entre os séculos XIX e XX, mas estes fenômenos já haviam sido estudados, ainda que em menor escala, mediados por outros filtros.

Talvez em razão disso, as Ciências Sociais se debatam, na economia simbólica do cotidiano, com lutas ainda mais ferozes que outros saberes mais estabelecidos. Há quem questione a forma do planeta, o nível de participação humana no aquecimento global ou a efetividade das vacinas, especialmente nos dias em que vivemos, quando a negação da validade do conhecimento de ordem científica cresce a olhos vistos. Entretanto, a rejeição em relação aos conhecimentos que a Física, a Geografia e a Biologia têm a oferecer ainda é pequena em comparação àqueles que emanam das Ciências Sociais e de sua área irmã, as Humanidades.

São realmente muitos os tabus envoltos na vida em sociedade, dado o volume de tópicos fundamentais à vida em sociedade que são considerados por vezes imperscrutáveis. A religião. O gênero. As dinâmicas de classes. As relações econômicas como um todo. O significado de determinados papéis sociais enquanto lugares de prestígio ou de repulsa. Tudo isso concerne às Ciências Sociais. Tudo isso é problemático, subjetivo e indiscutível para quem vê a realidade através das lentes de preconceitos que sequer compreende como surgiram e funcionam. Cabe, deste modo, aos estudos aqui apresentados, a tarefa de cometer esse delito social, discutindo o indiscutível.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DIGITALIZAÇÃO DO TRABALHO PERICIAL CONTÁBIL COMO FATOR DE ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE	
André Silva Neto Almeciano José Maia Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.9771923121	
CAPÍTULO 2	11
BREVE ANÁLISE DA REPERCUSSÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PERFIL SOCIOECONOMICO DE UM MUNICÍPIO DO COREDE FRONTEIRA NOROESTE DO RS	
Sandra Cristina Franchikoski Susana Cesco	
DOI 10.22533/at.ed.9771923122	
CAPÍTULO 3	21
EFICIÊNCIA DE MERCADO: ANÁLISE DO MERCADO FUTURO DO ETANOL HIDRATADO NO ESTADO DA PARAÍBA UTILIZANDO CO-INTEGRAÇÃO	
Jucimar Casimiro de Andrade Fernando Salvino da Silva Marcela Rebecca Pereira Robson José Silva Santana Larissa Petrusk Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9771923123	
CAPÍTULO 4	37
A FILOSOFIA DE HEIDEGGER E O DIREITO: FUNDAMENTOS E ORIGENS DO DIREITO	
Gabriela Leão de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.9771923124	
CAPÍTULO 5	51
A NECESSIDADE DE UMA LEGISLAÇÃO ESPECIAL QUE TIPIFIQUE A CONDUTA HOMOFÓBICA	
Emmanuel Vasconcelos Romão Elissama Silva Braga Welligton Aguiar Ponte Filho Betânia Moreira de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.9771923125	
CAPÍTULO 6	56
CONSIDERAÇÕES DA APLICABILIDADE DA LEI DO FEMINICÍDIO EM FAVOR DAS MULHERES TRANSGÊNERO	
Carolina Fernandes Paris Isabella Vitória Kohiyama de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.9771923126	

CAPÍTULO 7	83
O DIREITO AO ESQUECIMENTO E SUA APLICABILIDADE NA QUESTÃO TRANSEXUAL	
Nathalia Maria Silva da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9771923127	
CAPÍTULO 8	96
ALIENAÇÃO SOCIAL: O PAPEL DO DIREITO ANTE O ESPECTRO BIOPOLÍTICO PÓS-MODERNO	
Murilo Henrique de Brida	
DOI 10.22533/at.ed.9771923128	
CAPÍTULO 9	108
DA NECESSIDADE E DIFICULDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	
Luíza Sampaio Jacob Marina Holler Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.9771923129	
CAPÍTULO 10	121
DEPENDÊNCIA E CODEPENDÊNCIA: UM ESTUDO ACERCA DAS RELAÇÕES FAMILIARES EM USUÁRIOS DE CRACK	
Adriana Silva da Fonseca Bryan Silva Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.97719231210	
CAPÍTULO 11	144
DIREITOS HUMANOS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	
Ellen Soares Fraga	
DOI 10.22533/at.ed.97719231211	
CAPÍTULO 12	157
A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO TOCANTINS E A INCONSTITUCIONALIDADE REGULAMENTADA NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 2014 DO INSTITUTO DE TERRAS DO TOCANTINS- ITERTINS	
Bruno Barreto Cesarino Eduarda Maria Ibiapina da Rocha Coelho César Floriano de Camargo Bruno Vinícius Nascimento Oliveira Leila Rufino Barcelos Danilo Bezerra de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.97719231212	
CAPÍTULO 13	167
HAITIANOS EM SÃO PAULO: PROTEÇÃO PENAL ANTE O RACISMO E A XENOFOBIA	
Roberta Elias Mendonça Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.97719231213	

CAPÍTULO 14	179
FLUXO MIGRATÓRIO VENEZUELANO: IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS PARA O ESTADO DE RORAIMA	
Ingrid Cardoso Caldas Willian Tihago Quirino Sales	
DOI 10.22533/at.ed.97719231214	
CAPÍTULO 15	193
PERSPECTIVA TEÓRICA INSTITUCIONALISTA - MODELO DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
Franciele da Silva Freitas Rita Vanderléia Martel	
DOI 10.22533/at.ed.97719231215	
CAPÍTULO 16	207
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: A REALIDADE DO ESTADO DE RORAIMA	
Marcella Lima Marinho Luciana Lopes Silva Martins Nara Lisiane Abreu de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.97719231216	
CAPÍTULO 17	218
PROVA INDICIÁRIA NO PROCESSO CRIMINAL CONFORME A HERMENÊUTICA DE HEIDEGGER E GADAMER	
Eid Badr Mário Vinícius Rosário Wu	
DOI 10.22533/at.ed.97719231217	
CAPÍTULO 18	233
REGIÃO METROPOLITANA DE CHAPECÓ: DINÂMICAS REGIONAIS E SUAS TERRITORIALIDADES	
Ana Laura Vianna Villela Rosa Salete Alba Claudio Machado Maia Laiz Arruda	
DOI 10.22533/at.ed.97719231218	
CAPÍTULO 19	246
SISTEMA DE RECOMPENSAS PARA O TRABALHADOR DO SÉCULO XXI	
Ernandes Farias da Costa Francisco Damião Damasceno Neto Luise Maria dos Santos Dias John Lennon Oliveira Araújo Rubens Caminha Juaçaba Filho Silvio Roberto Dias da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.97719231219	

CAPÍTULO 20	251
SEGURANÇA HÍDRICA E OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM BOA VISTA/RORAIMA	
Mónica Montana Martínez Ribas	
André Andriw Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.97719231220	
CAPÍTULO 21	264
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA/CE: SÚMULA ACERCA DOS SENTIDOS E EXPERIÊNCIAS DAS USUÁRIAS DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BOM JARDIM E CANINDEZINHO	
Benedita Beatriz Elias Dias	
Jamille Rodrigues Braga	
Lívia Kelly da Silva	
Leila Maria Passos de Souza Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.97719231221	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	270
ÍNDICE REMISSIVO	271

PERSPECTIVA TEÓRICA INSTITUCIONALISTA - MODELO DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Data de aceite: 18/11/2019

Franciele da Silva Freitas

Especialista em Mídias na Educação pela UFSM
Santiago – RS

Rita Vanderléia Martel

Especialista em Direito Processual Civil pela IESA
Santo Ângelo - RS

RESUMO: As políticas públicas seriam determinadas, implementadas e executadas por instituições, juntamente com indivíduos e grupos, em várias abordagens teóricas, o desenho das instituições trata-se de elemento central na percepção de quais políticas públicas serão adotadas, bem como, a influência exercida pelas mesmas. O enfoque institucionalista contribui consideravelmente para pesquisas e análises efetuadas no que concerne a processos decisórios e ferramentas de gestão pública. Muitos estudiosos procuram compreender e explicar, o papel desempenhado pelas instituições na determinação dos resultados sociais e políticos. Isto posto, para o desenvolvimento do presente artigo realizou-se um estudo investigatório com base em pesquisas bibliográficas de diversos autores. Esta pesquisa no campo de análise de políticas públicas contextualiza de forma ampla à importância das instituições, revela a caminhada

da teoria institucionalista desde a conceituação de instituições, institucionalismo clássico e a vertente behaviorista; assim como as três principais correntes neo-institucionalistas das últimas décadas (Institucionalismo da Escolha Racional, Institucionalismo Sociológico e Institucionalismo Histórico).

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Instituições. Institucionalismo. Neo-institucionalismo.

INSTITUTIONALIST THEORETICAL PERSPECTIVE - PUBLIC POLICY ANALYSIS MODEL

ABSTRACT: Public policy would be determined, implemented and executed by institutions with individuals and groups in various theoretical approaches, the design of institutions it is a central element in the perception of what public policies will be adopted, as well as the influence of the same. The institutionalist approach contributes significantly to research and analysis carried out in relation to decision-making and public management tools. Many scholars seek to understand and explain the role of institutions in determining the social and political results. That said, for the development of this product was carried out an investigative study based on literature searches of several authors. This research in the field of analysis of

public policies contextualizes broadly the importance of institutions, reveals the walk from institutionalist theory since the concept of institutions, institutionalism classical and behaviorist shed; as well as the three main neo-institutionalist currents of recent decades (institutionalism of rational choice, Institutionalism Sociological Institutionalism and History).

KEYWORDS: Public Policy. Institutions. Institutionalism. Neo-institutionalism.

1 | INTRODUÇÃO

Cada sociedade cria a seus moldes, instituições, para manter a ordem social, buscam diminuir o estado de desamparo, possuem papel relevante e até mesmo indispensável para a convivência pacífica em comunidade; são organizações, mecanismos, com regras formais ou informais que moldam o funcionamento da sociedade. O estudo da sociedade pode ser efetuado nas mais diversas abordagens; muitos estudiosos procuram compreender e explicar, o papel desempenhado pelas instituições na determinação dos resultados sociais e políticos.

As instituições governamentais têm sido o foco primeiro da atenção da ciência política, por centrarem as atividades políticas, pois, em várias abordagens teóricas o desenho das instituições trata-se de elemento central na percepção de como e quais políticas públicas são adotadas e a influência exercida pelas mesmas. As políticas públicas seriam determinadas, implementadas e executadas por instituições, juntamente com indivíduos e grupos, que possuem a possibilidade de modificar as políticas.

O enfoque institucionalista contribui favoravelmente para pesquisas e análises efetuadas no que concerne a processos decisórios e ferramentas de gestão pública, por possuir um potencial explicativo, para obter-se um maior entendimento da função desempenhada pelas ideias difundidas nas ações da administração pública, em uma cadeia causal que propicie mudanças no ambiente institucional.

A partir da recessão de 1930, a vertente institucionalista perdeu espaço para a chamada teoria behaviorista com foco no comportamento humano, nos mais diversos tipos de análise - praticamente a desaplicação de estruturas institucionais do comportamento político - fatores psicossociais, seriam usados para desvendar fenômenos políticos - questões políticas seriam vistas como distúrbio de comportamento do indivíduo.

De uma forma ampla, novas concepções da temática ressurgiram no decorrer das décadas de 1970 e 1980, como resposta à crise institucionalista, novas abordagens, com o chamado neo-institucionalismo. Inicialmente com três escolas de pensamento: institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico.

Sem a pretensão de tratar a temática com profundidade, o presente trabalho aborda teorias e artigos de diversos estudiosos e pesquisadores das várias correntes de análise de políticas públicas, com foco nas instituições, devido ao crescimento de trabalhos efetuados no Brasil inspirados no Neo-institucionalismo e o potencial de contribuição das várias correntes.

2 | DAS INSTITUIÇÕES

As instituições são criadas para organizar a sociedade, proporcionam apoio e segurança para os indivíduos, evitam o caos; são instâncias de saber, usadas para recompor as relações sociais, organizar, dar limites. Cada sociedade cria seu modelo de instituição - controlam o funcionamento da sociedade e dos indivíduos - que será mantida em todos os níveis: igreja, família, escola, sistema jurídico; buscam diminuir o estado de desamparo, ligado à condição humana.

O conceito de instituições permeia dentro de várias áreas do saber, a ser empregada de diversas formas e em muitos sentidos, com aportes teóricos dos mais distintos, inclusive de segmentos populares e acadêmicos (PEREIRA, 2007).

As instituições governamentais para, Romano (2007), são o objetivo primeiro da Ciência Política, pois, as políticas públicas são decididas, implementadas e executadas por instituições; sendo que as mesmas podem modificar o andamento de determinadas políticas, redefinir e transformar possibilidades, pensamentos de atores envolvidos, não podendo as instituições serem vinculadas a inércia.

Em relação às instituições, Celina de Souza (2003): *“são regras formais e informais que moldam o comportamento dos atores”*. As mesmas influenciam diretamente nos resultados das políticas públicas, inclusive redefinem as possibilidades e alteram a posição dos atores; não só os indivíduos e grupos possuem capacidade para modificar as políticas públicas, contudo também as instituições com suas regras (SOUZA, 2003).

Para Hall e Taylor (2003), o surgimento das instituições parte de uma negociação dentre os atores envolvidos; instituições estão sujeitas a procedimentos de disputa, permanecem assim a quem oferecer vantagens aos atores envolvidos.

Para Ham e Hill (1993) o Estado pode ser analisado em múltiplas formas, todavia definido quanto às suas funções a partir das instituições que o compõem e atividades que desempenham.

O Estado é formado por diversas instituições compromissadas com suas funções básicas - executiva, legislativa e Judiciária, como: ministérios, secretarias, departamentos, assembleias; instituições como assembleias parlamentares são responsáveis pela elaboração de leis e ainda todo o sistema de corte judiciais e órgãos encarregados para atuar de forma coercitiva no cumprimento da lei e

aperfeiçoá-la (RUA, 2009).

Dos diversos órgãos que compõem o Estado, o sistema de segurança pública, realizam atividades para manter a ordem interna e defesa externa - polícias nas mais diversas atribuições, forças armadas, sistema penitenciário, defesa civil. São encargos essenciais para existência da coletividade moderna, responsabilidades fundamentais do Estado (RUA, 2009).

Os sistemas políticos de um estado podem estar organizados em sentido horizontal - grau de separação, independência, ou subordinação das instituições, ou vertical - escalas de governo, níveis, um ou vários, organização política unitária ou federativa. Têm sistemas políticos com instituições absolutamente separadas e independentes; e ainda umas predominando sobre as outras (RUA, 2009).

O sentido da organização do Estado, em relação ao poder, vai influenciar diretamente na quantidade de atores e instâncias decisórias, que as políticas públicas passarão (RUA, 2009).

O enfoque institucional procurar demonstrar que as instituições influenciam as atitudes dos indivíduos, sendo através deles que as instituições exercem influências em atividades/decisões políticas (HALL e TAYLOR, 2003).

Em síntese, nas suas mais diversas formas, instituições, são organizações, mecanismos, regras formais ou informais que moldam o funcionamento da sociedade; possuem papel relevante, até mesmo indispensável para a convivência pacífica em comunidade.

3 | INSTITUCIONALISMO CLÁSSICO

A Teoria Institucional surgiu, nas ciências sociais, ao final do século XIX, estudando as estruturas legais e formas particulares da governança (CARVALHO, VIEIRA e GOULART, 2005 p.475).

Os estudos institucionais iniciais descreveram instituições governamentais específicas (estrutura, organização, direitos e obrigações), se abstendo no que concerne às ligações entre estrutura das instituições e a substância da política pública; as mesmas são determinadas, implantadas e executadas por instituições, sendo íntima a ligação entre política pública e instituições governamentais (DYE, 2002: 12-13 APUD ROMANO, JORGE).

As funções do Estado, principalmente até final do século XIX, eram meramente atividades judiciais, de controle e regulatórias. Essas funções foram expandir-se a partir da crise de 1929-30; o Estado passa a aumentar seu controle na economia, da necessidade de promover o crescimento econômico e ofertas de emprego; interveio também para proporcionar ganhos em impostos no intuito de manter a máquina

estatal (RUA, 2009).

A vertente econômica do século XIX, foi de encontro aos fundamentos da economia clássica, dispondo da estrutura social como fundamental em processos econômicos, com indicação econômica ortodoxa. Teve como marco a publicação do artigo “*Por que a economia não é uma ciência evolutiva?*”, de Thorstein Veblen, em 1898; com críticas aos pressupostos metodológicos da economia clássica, na concepção de homem como indivíduo racionalista e máxima racionalidade de suas escolhas (CARVALHO, VIEIRA E GOULART, 2005 P. 476 - 478, APUD SECKLER, 1977).

No que se refere à orientação sociológica, tornou-se base para os estudos as relações organização-ambiente, em princípio como base as interações informais, nas relações de poder na constituição das instituições, especial atenção ao universo organizacional. (CARVALHO, VIEIRA E GOULART, 2005 - APUD - SCOTT, 1995)

A abordagem institucional com foco na ciência política, manteve como referência os aspectos legais e a estruturas administrativas de governo, obteve como principais pesquisadores estudiosos da Europa e América, desde última metade do século XIX, até as primeiras décadas do século XX (SCOTT, 1995 - APUD -CARVALHO, VIEIRA E GOULART, 2005 P. 476).

O Institucionalismo tradicional predominou tanto nos Estados Unidos como no Reino Unido, baseou-se na descrição e comparação de estruturas institucionais e jurídicas, nos diversos níveis governamentais e em vários países distintos. Efetuavam comparação histórica com a investigação formal-legal e o método descritivo/indutivo que utiliza a verificação histórica factual e observação, e desconsidera as formulações da teoria social e política (RHODES E MARCH, 1995: 54-56, APUD ROMANO, JORGE).

Estudiosos como: J. W. Burgess, Woodrow Wilson e W. W. Willoughby, deram especial atenção a estrutura legal e aos arranjos administrativos que caracterizam estruturas da governança, empreendem análises históricas a respeito de origens, controvérsias e compromissos que geravam regimes específicos, assim como estudos comparativos sobre a diversidade na abordagem de problemas centrais por diferentes mecanismos de governança (SCOTT, 1995 APUD CARVALHO, VIEIRA E GOULART, 2005 P. 476).

4 | BEHAVIORISMO

A palavra behaviorismo vem do inglês “behavior”, significando comportamento, para essa vertente teórica da mesma forma, usa-se behaviorismo e ainda comportamentalismo; exame empregado para os mais diversos tipos de análises do comportamento humano (cognitiva, experimental, de comportamento, dentre outros).

O vocábulo behaviorismo foi utilizado a primeira vez em 1913, pelo escritor - John B. Watson - no artigo: "*A psicologia como os behavioristas a vêem*". O autor ignorava alguns fenômenos como a consciência; para Watson a psicologia era uma ciência natural, e empírica, deveriam estudar somente comportamentos observáveis. Através da dedicação de Watson, a psicologia tornou-se uma ciência com notabilidade no campo científico (BOCK, FURTADO E TEIXEIRA, 2001).

Após a II Guerra Mundial, prevalece a abordagem comportamentalista, no âmbito das ciências sociais (HALL E TAYLOR, 2003; PERES, 2008; RIKER, 1980 E SHEPSLE, 2008). Com base na Psicologia estadunidense repletos de ditames positivistas, na tentativa de aproximação das ciências sociais das ciências naturais, tendo como objeto de estudo a previsibilidade de comportamento (WATSON, 1928 APUD RIBEIRO, FERNANDO, 2012).

Na herança das teorias de Watson, tem-se o behaviorista B.F. Skinner (1904-1990), suas teorias conservam grande influência em estudos e análises no Brasil; Skinner foi fortemente sugestionado por psicólogos norte-americanos. Radical em seus posicionamentos - Skinner - nega *status* mentalistas como determinantes de conduta, designa a filosofia da ciência do comportamento - através de análise experimental do comportamento.

No que concerne à ciência política, os comportamentalistas desencadeiam a preocupação com levantamento de elementos empíricos, análises quantitativas e estudos comparativos como os utilizados na Antropologia. Já pela Sociologia, diminuem os sistemas políticos, padrões de comportamentos, dos *surveys*, pesquisas de opinião, não dão importância para o contexto institucional da dinâmica política (PERES, 2008 APUD RIBEIRO, FERNANDO - 2012).

A abordagem comportamentalista na ciência política emergiu de forma considerável, nos anos 1930, indo contra a ênfase empiricista das ciências sociais.; nas décadas seguintes, ocorreu uma expansão da análise focada no comportamento do indivíduo. Praticamente a desaplicação de estruturas institucionais do comportamento político, a perspectiva institucional perde completamente a relevância (SCOTT, 1995 APUD CARVALHO, VIEIRA E GOULART, 2005).

A revolução behaviorista redefine consideravelmente as relações entre atores, neles compreendidos - indivíduos e instituições - estruturas sociais e fatores psicossociais, são usados para explicar fenômenos políticos, as questões políticas vistas como distúrbio de comportamento do indivíduo; procurou reduzir a demasiada importância dada às normas institucionais.

5 | DO NEO-INSTITUCIONALISMO

O neo-institucionalismo adquiriu importância por analisar a disputa pelo poder e por recursos entre grupos sociais, que influenciam diretamente na formulação de políticas públicas. São as instituições políticas e econômicas, que orientam e até mesmo decidem as políticas públicas a serem implementadas favorecem determinados grupos em detrimento a outros.

Para a teoria neo-institucionalista as regras formais e informais que regem as instituições desempenham papel importante nas políticas públicas, pois moldam o comportamento dos atores, assim como os indivíduos ou grupos que influenciam as políticas públicas. Grande é a influência das instituições no desempenho, comportamento de atores e no resultado ou adoção de determinadas políticas públicas; pois são, as instituições e suas regras que redefinem as alternativas e modificam a posição dos atores (SOUZA, CELINA, 2006, P. 39).

Os autores ratificam que o neo-institucionalismo trata-se de uma resposta às perspectivas behavioristas. As correntes de pensamento procuram clarear o papel desenvolvido pelas instituições, na determinação de resultados sociais e políticos; para os estudiosos o neo-institucionalismo não constitui uma corrente de pensamento unificada, tendo vários desdobramentos, devido aos vários métodos de análise, das inúmeras contribuições das diversas vertentes como demonstram (HALL E TAYLOR, 2003).

Nesse contexto, depreende-se então, as três versões principais do neo-institucionalismo, empregadas por Hall e Taylor (2003): o institucionalismo histórico, o institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo sociológico, advindo de estudos na área da Economia, Sociologia e da Ciência Política. Ainda segundo os autores, são utilizados na análise do comportamento político em instituições, como congressos nacionais, organizações, empresas, definem o foco de estudo da ciência política; com certeza na pretensão de saber o papel a ser desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos (HALL E TAYLOR, 2003).

A teoria institucional nas ciências sociais, começou a ser retomada por volta dos anos 50, tornando-se evidente a partir dos anos 70, quase um consenso entre autores, norteia vários trabalhos de pesquisa e estudos organizacionais em diferentes áreas, voltando-se o interesse pelas instituições para o entendimento da realidade social; as inovações trazidas pela nova abordagem institucional, dos neo-institucionalistas, podem servir para orientar análises e ações nas organizações modernas, em especial no Brasil.

Ressalta-se que com o crescimento do novo institucionalismo incorporam-se novas vertentes: institucionalismo construtivista, de redes, econômico e ainda o

defendimento do “velho institucionalismo” (RHODES, 2008; RHODES, BINDER E ROCKMAN, 2008) APUD RIBEIRO, FERNANDO, 2012).

Para Fernando Ribeiro (2012), torna-se imprescindível salientar que:

“o novo institucionalismo não traz em si, por definição, a primazia e a cristalização das instituições ou mesmo seu esgotamento como elementos explicativos da dinâmica social ou, mais especificamente, da vida política.”

Na retomada do interesse pelas instituições, juntam-se concepções do novo e do velho institucionalismo, trazido de volta pelo ciclo do mundo das ideias, teorias e considerações que tipificaram formas anteriores conjugando com o pensamento teórico contemporâneo (MARCH, OLSEN, 2008).

Nesse contexto, March e Olsen, consideram a contribuição do Neo-institucionalismo de suma importância para estudos de pesquisadores da vida política:

“Minimizam a dependência do Estado politicamente organizado com relação à sociedade em favor de uma interdependência entre instituições sociais e políticas relativamente autônomas; elas minimizam a simples primazia de microprocessos e histórias eficientes em favor de processos relativamente complexos e da ineficiência histórica; elas minimizam as metáforas da escolha e os resultados alocativos em favor de outras lógicas de ação e da centralidade do significado e da ação simbólica” (MARCH, OLSEN, 2008, p. 126).

Da evolução da ciência política brota um arsenal teórico, justamente da ampla abertura proporcionada pelos vários métodos de análise que já acompanhavam o institucionalismo clássico; da contribuição dos diversos ramos que compõem o novo institucionalismo não esgota os elementos da vida política, na verdade um conjunto de ideias, pensamentos para entender as ciências sociais.

5.1 Institucionalismo da escolha racional

Considerada a segunda vertente, o institucionalismo de escolha racional despontou de estudo de comportamentos no interior do Congresso dos Estados Unidos, no final dos anos 1970. Considerando-se que em princípio não haveria estabilidade devido ao caráter multidimensional das questões e de múltiplas preferências, ficaria difícil a análise clássica da escola da escolha racional, mas ocorre o contrário, as deliberações do Congresso são de notável estabilidade (HALL E TAYLOR, p. 202, 2003).

A escola então buscou desvendar tal anomalia. Procuraram respostas nas instituições, que em síntese diminuem os custos de transação, por causa de acordos e benefícios de troca aos parlamentares, viabilizando a adoção de leis estáveis; inúmeros trabalhos demonstraram como os regulamentos afetam o comportamento dos legisladores (HALL E TAYLOR, p. 203, 2003).

No que concerne ao institucionalismo da escolha racional, assim preceitua, Romano:

“instituições tanto constroem a escolha estratégica dos atores, modificando o seu comportamento autointeressado, como reduzem a ocorrência de situações subótimas” (ROMANO, 2007).

Para os teóricos do institucionalismo da escolha racional a visão do mundo político possui uma série de dilemas de ação coletiva; os indivíduos têm atitudes de modo a aumentar a satisfação de suas próprias preferências que o fazem correr o risco de produzir um resultado sub-ótimo para a coletividade (HALL E TAYLOR, 2003).

Na escolha racional os pressupostos comportamentais dos atores formam um conjunto de preferências, em que os indivíduos agem de forma estratégica para maximizar a satisfação de seus próprios interesses, em detrimento das necessidades da coletividade, ou seja, correm o risco de produzir resultados sub-ótimos (HALL E TAYLOR 2003).

Pode-se observar que na teoria da escolha racional, as instituições são estruturas de um jogo - os atores fazem parte de um jogo de probabilidades, possibilidades de ação estratégica - jogo esse em que são tomadas como propensão, as individuais dos atores, as quais são exógenas. Em resumo, os protótipos da escolha racional não buscam desvendar a ordenação/seqüência de preferências; instituições são percebidas como “exogenous constrains or as an exogenously givem game form” (SHEPSLE, 2008, p.24) (RIBEIRO, FERNANDO 2012).

No segundo aspecto a escolha racional busca compreender as estruturas que são padrões para os agentes/atores, como capazes de alterações, não se enquadram no caráter exógeno, porém são capazes de modificações por um “decisive player” (SHEPSLE, 2008, p.26 APUD RIBEIRO, FERNANDO 2012).

Nas duas formas de análise, os elementos essenciais para as ações/reações dos agentes, seriam os elementos das instituições; eles são a base das decisões dos agentes, tanto como incentivos ou restrições, regras específicas (DIERMEIER E KREHBIEL, 2003 - RIBEIRO, FERNANDO 2012).

Dentro das várias linhas de estudo e debates na escola racional, há estudos que consideram a vida política inserida em vários dilemas de ação coletiva. Os autores Hall e Taylor (2003), acrescentam que: *“tais dilemas (da ação coletiva) se produzem porque a ausência de arranjos institucionais impede cada ator de adotar uma linha de ação que seria preferível no plano coletivo”*.

No dizer de Celina de Souza, (2006): as instituições definem as decisões dos atores, afirmam que a ação racional dos mesmos não se delimita ao contentamento de auto-interesses; *“a ação racional provém inclusive de percepções subjetivas*

sobre alternativas, suas consequências e avaliações de possíveis resultados". Essa vertente do neo-institucionalismo utiliza o cálculo estratégico dos decisores dentro de uma abordagem ampliada de regras, papéis, identidades e ideias.

Preceitua, Romano (2007):

"uma teoria política fundada na noção de custos de transação teria que ter como pressupostos que a informação é custosa, que os atores utilizam modelos subjetivos para explicar o entorno e que os acordos se cumprem imperfeitamente. As decisões que se tomam com base nesses modelos subjetivos gerariam altos custos de transação, fazendo com que os mercados políticos venham a ser muito imperfeitos."

Assim, para os estudiosos desta corrente, as instituições motivam diretamente o comportamento de um ator, assim como o provável comportamento dos outros atores, servem como base para o cálculo estratégico usado para maximizar preferências pessoais; ainda que são criadas justamente para obter cooperação, acordos e trocas.

5.2 Institucionalismo sociológico

O institucionalismo sociológico, surge influenciado pelo quadro da teoria das organizações, na contramão das outras duas correntes; seus teóricos definem e estudam instituição com uma visão mais global em comparação aos da Ciência Política, incluem não só regras, mas procedimentos, sistemas de símbolos, também esquemas cognitivos e mais ainda modelos morais que orientam a ação humana; procuram definir a cultura como sinônimo de instituições (HALL E TAYLOR, 2003).

Desde Max Weber, os sociólogos consideram que a forma organizacional das estruturas burocráticas, produto do mundo moderno, o resultado de estruturas eficazes, destinadas a cumprir tarefas formais, eram na realidade a mesma, devido a racionalidade (HALL E TAYLOR, 2003).

Os neo-institucionalistas dessa vertente entendem essa "racionalidade" de forma particular; assim, formas e procedimentos deveriam ser considerados práticas culturais (HALL E TAYLOR, 2003).

Em, HALL e TAYLOR, 2003, a explicação do surgimento e alterações de práticas institucionais, diferem na teoria sociológica das demais; esses teóricos argumentam que, novas práticas institucionais são efetuadas para obter legitimidade social e não propriamente eficiência, assim: *"as organizações adotam formas e práticas institucionais particulares porque elas têm um valor largamente reconhecido num ambiente cultural mais amplo."*

Os teóricos do institucionalismo sociológico, distinguem-se dos demais por adotar o enfoque culturalista; a ação racional é considerada pelos indivíduos um objeto socialmente construído; nas organizações usa-se com frequência novas práticas

institucionais por razões de legitimidade social, e de interesse dos participantes, não importa necessariamente em resultados eficientes.

O institucionalismo sociológico possui atributos peculiares, que o distinguem de certa forma das outras vertentes do neo-institucionalismo. Os teóricos dessa escola visualizam de uma forma mais global regras, procedimentos, símbolos e mais ainda sistemas cognitivos e modelos morais, elaboram modelos morais para a ação humana.

Rompem com o conceito que opõe “instituições” e “cultura”, tendo-as como sinônimos, distanciam a cultura da concepção que a vinculam a normas, atitudes afetivas e valores, e a aproximam de rede de hábitos, símbolos e cenários, concedem modelos de comportamento (HALL E TAYLOR, 2003).

De acordo com Carvalho, Vieira e Goulart (2005), o viés sociológico dentro da teoria institucional, em se tratando de estudos organizacionais, preconiza dimensões simbólico-normativas das estruturas; consolidam, nova agenda de pesquisas, aprofundam estudos do conceito de ambiente e de nova leitura no que concerne as relações entre organizações.

Enfim, o institucionalismo sociológico é proveniente das teorias das organizações, define instituições de forma mais abrangente, além das normas formais, integram a teoria de sistemas de símbolos, esquemas cognitivos e modelos morais, sugestionam as decisões e preferências dos atores; teóricos legitimam esta escola com enfoque culturalista.

5.3 Institucionalismo histórico

O Institucionalismo Histórico diferencia-se do Institucionalismo Sociológico e do Institucionalismo da Escolha Racional, nesse sentido de acordo com, Pearson (2007), considera-se o Institucionalismo Histórico a abordagem que aplica um modo de explicação estritamente institucionalista, ou seja o Institucionalismo Histórico seria um instrumento indispensável para desenvolver explicações que partem da sua origem em relação aos processos de mudança e de desenvolvimento institucional.

O Institucionalismo Histórico caracteriza-se como uma abordagem diversificada que se utiliza da seleção dos princípios de outros institucionalismos: o modo de explicação por ideias do Institucionalismo Sociológico, e o cálculo de custos e benefícios sob restrições do Institucionalismo da Escolha Racional (HALL, 2003; IMMERGURT, 1998).

Esta corrente atribui importância às instituições políticas oficiais, ao mesmo tempo que desenvolve concepção mais ampla das instituições que têm importância e do modo que essa importância se manifesta, contribuindo a para às decisões de situações políticas baseadas em outros tipos de fatores e ideias, aos mesmos

processos (HALL E TAYLOR, 2003).

O institucionalismo histórico prioriza a história como elemento esculpido pelas instituições; a história é importante principalmente para conhecer o papel das instituições delimitando trajetórias de ação e contextos político-históricos específicos.

O institucionalismo histórico aborda, como objeto de estudo, o conjunto de agentes em interação permanente, no âmbito das instituições. Como consequência dessa definição preliminar, na abordagem histórica, as instituições emergem como procedimentos, protocolos, regras, normas de natureza oficial e formal ou não que se mostram como “inerentes à estrutura organizacional da comunidade política” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 196).

Hall e Taylor (2003) demonstram que todo o enfoque institucional se volta para a demonstração de como as instituições afetam o comportamento dos indivíduos, visto que é por intermédio dos indivíduos que as instituições exercem influência sobre as situações políticas.

Os neo-institucionalistas oferecem como resposta duas perspectivas, a calculadora e a cultura; os institucionalistas históricos recorrem às duas concepções quando tratam da relação entre as instituições e ações na sua análise. Segundo a perspectiva calculadora, o comportamento humano é instrumental e orientado no sentido de um cálculo estratégico - de acordo com esta perspectiva, as instituições afetam os comportamentos ao oferecerem aos atores uma certeza quanto ao comportamento presente e vindouro de outros atores.

A perspectiva cultural busca demonstrar até que ponto o comportamento do indivíduo é limitado por sua visão de mundo. Deve-se dizer que os indivíduos recorrem com frequência a protocolos estabelecidos ou a modelos de comportamento já conhecidos para atingir seus objetivos, nesta concepção o papel das instituições é fornecer modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação - pode-se perceber, portanto, que nas duas concepções as instituições operam de forma predominante na escolha individual.

Deve-se ressaltar, em relação ao institucionalismo histórico, à importância atribuída ao poder, em particular às relações de poder assimétricas (HALL E TAYLOR, 2003); desta forma, os teóricos do institucionalismo histórico chamam a atenção para a forma como as instituições repartem o poder de forma desigual entre os grupos sociais.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo possibilitou a obtenção de conhecimentos específicos sobre o tema e cooperou com a qualificação acadêmica, a partir do momento em que

se buscou embasamento teórico mais aprofundado sobre o assunto, bem como ajudará no desenvolvimento de futuros trabalhos científicos, relacionados a Teoria Institucionalista e sua evolução.

O enfoque institucionalista contribuiu favoravelmente para pesquisas e análises efetuadas no que concerne a processos decisórios e ferramentas de gestão pública, por possuir um potencial explicativo, para obter-se um maior entendimento da função desempenhada pelas ideias difundidas nas ações da administração pública, em uma cadeia causal que propicie mudanças no ambiente institucional.

A corrente neo-institucionalista, para os dias atuais, indiscutivelmente tornou-se referência para estudos de políticas públicas; abarca extrema iminência analítica, de capacidade elucidativa, para o processo de tomada de decisões dentro da caminhada das políticas públicas. Os modelos aqui observados, estão distantes de serem uma corrente de pensamento unificada, pois se desenvolveram de forma independente, dentro de suas áreas.

Tanto no que concerne na “velha” como na “nova” teoria institucionalista, a sua longa e desenvolvida caminhada até os dias atuais, oferta de uma forma extremamente fecunda um leque de opções dentro das escolas de pensamento integrantes, para melhores resultados análises de políticas públicas podendo haver um intercâmbio das mesmas, inclusive para pesquisas nas Ciências Sociais no Brasil.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Cristina Amélia et al. “**A trajetória conservadora da teoria institucional**”. In: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: R A P 39(4): jul/ago 2005.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R.. **As três versões do neo-institucionalismo**. Lua Nova, São Paulo, n. 58, 2003.

HAM, C. E HILL, M.: **The policy process in the modern capitalista state, Harvester Wheatsheaf**, Londres, 1993, segunda edição.

MARCH, J. G. & OLSEN, J. P. 1976. **Ambiguity and Choice in Organizations**. Bergen: **Universitetsforlager**.

PEREIRA, William Cezar Castilho. **Movimento institucionalista: principais abordagens**, ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA, UERJ, RJ, v. 7, n. 1, p. 10-19, abr. 2007).

RIBEIRO, Fernando. **Institucionalismo da escolha racional e Institucionalismo histórico: divergências metodológicas no campo da Ciência Política**. Pelotas [10]: 89 - 100 janeiro / junho de 2012.

ROMANO, Jorge O. **Política nas políticas: um olhar sobre os estudos na agricultura brasileira**. Tese de doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

RUA, Maria das Graças com Roberta Romanini. **Para aprender Políticas Públicas**. Disponível em <http://gepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_01.pdf/> Acesso em 7. Julho.2016.

ROCHA, Francisco Vasconcelos. **Neoinstitucionalismo como Modelo de Análise para as Políticas Públicas**. *Civitas*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 11-28. 2005.

SOUZA, Celina. **POLÍTICAS PÚBLICAS: questões temáticas e de pesquisa**, *CADERNO CRH*. Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**¹. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TERRA, Márcia Doutoranda em Linguística Aplicada/ IEL/UNICAMP. O BEHAVIORISMO EM DISCUSSÃO. **Trabalho apresentado em 2003, para a disciplina "Desenvolvimento e Aprendizagem"**, ministrada pelo Prof. Dr. Sérgio Leite, na Faculdade de Educação da Unicamp.

HALL, P. A. **Aligning ontology and methodology in comparative research**. In: MAHONEY, J.; RUESCHEMEYER, D. (Eds.) *Comparative historical analysis: new approaches and methods*. New York: Cambridge University Press, 2003.

IMMERGUT, E. M. **The theoretical core of the new institucionalism**. *Politics and Society*, v. 26, n. 1, pp, 5-34, 1998.

PEARSONS, C. **How to map arguments in political science**. Oxford, Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.

Bock, A.M.B., Furtado, O. e Teixeira, M.L.T. (2001). **Psicologias: Uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Saraiva, pg 45, 46.

Skinner, B.F. (2001). *Ciência e Comportamento Humano*. São Paulo: Martins Fontes.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Maristela Carneiro - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Açúcar cristal 22, 24, 29

Atualidade 37, 60, 106, 127, 144, 246, 258, 259

Ausência 12, 41, 76, 79, 80, 90, 93, 108, 117, 128, 134, 140, 201, 221, 253, 268

B

Benefícios 2, 6, 93, 153, 200, 203, 246, 247, 248, 249, 250, 264, 266, 267, 268, 269

Boa vista 17, 179, 185, 186, 191, 207, 213, 217, 251, 252, 258, 259, 260, 262

C

Capitalismo 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 207, 208

Chapecó 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Codependência 121, 122, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143

Coisificação humana 96

Corede 11, 12, 13, 16, 17, 19

Crack 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 138, 139, 140, 141, 142, 143

D

Dasein 37, 38, 40, 43, 44, 45, 48, 49

Dependência 40, 98, 121, 122, 124, 125, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 163, 183, 200, 237, 241

Desenvolvimento regional 12, 217, 233, 234, 236, 237, 238, 242, 244, 245

Digitalização 1, 2, 6, 7, 8, 9

Direito 6, 7, 8, 9, 10, 12, 37, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 62, 63, 66, 67, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 120, 144, 149, 152, 154, 155, 156, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 172, 178, 193, 210, 211, 212, 214, 216, 218, 219, 220, 224, 230, 231, 261, 266, 267, 269

Direito penal 51, 57, 81, 96, 102, 103, 106, 110, 112, 114, 115, 120, 231

Direitos humanos 54, 64, 67, 69, 75, 95, 97, 116, 118, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 170

Discriminação 51, 52, 53, 55, 57, 63, 69, 74, 80, 81, 82, 91, 92, 118, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178

E

Eficiência de mercado 21, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 34

F

Família 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 70, 73, 77, 88, 121, 122, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 159, 195, 215, 248, 250, 266, 267, 268, 269

G

Gadamer 218, 219, 224, 225, 227, 228, 230, 231

Gênero 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 94, 95, 101, 126, 151, 169, 187

H

Haitinos 167

Heidegger 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 96, 218, 219, 224, 225, 228, 230, 231

Hermenêutica 42, 46, 81, 218, 219, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232

Homofobia 51, 52, 53, 54, 55, 80

Humanismo 144

Humanização 112, 207, 209, 212, 213, 214, 215, 216

I

Impactos econômicos 179, 185

Impactos sociais 179

Individualização da pena 108, 110, 112, 113, 117, 118, 119, 120

Institucionalismo 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

Instituições 6, 62, 79, 101, 146, 154, 179, 186, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 237, 244, 253, 255, 257

L

Legitimação jurídica 96

Lei 7.716/89 167, 169, 170, 172, 173, 174, 177

M

Mercado futuro 21, 22, 24, 25, 28, 34, 35

Migração 168, 176, 179, 180, 181, 191, 240, 258

Mitsein 37, 45, 49

Motivação 67, 140, 220, 221, 229, 230, 231, 246, 247, 250

N

Neo-institucionalismo 193, 194, 195, 199, 200, 202, 203

P

Perícia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10

Personalidade 57, 73, 74, 78, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 111, 135, 136, 159

Pobreza 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 180, 181, 209, 216, 253, 267, 268, 269

Poder econômico 144, 151, 155

Políticas públicas 12, 20, 51, 53, 57, 122, 127, 140, 141, 193, 194, 195, 196, 199, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 217, 244, 251, 252, 256, 257, 258, 260, 263, 264

Políticas públicas de saúde 207, 209, 212, 217

Prisão feminina

Processo penal 115, 118, 172, 218, 220, 222, 224, 226

Programa bolsa família 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 266, 267

Proteção 2, 20, 28, 52, 55, 72, 74, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 98, 115, 123, 128, 134, 138, 139, 144, 146, 152, 167, 176, 177, 178, 179, 188, 209, 210, 211, 216, 218, 219, 231, 252, 253, 255, 262, 264, 265, 269

Prova indiciária 218, 219, 221, 222, 223, 224, 229, 230, 231, 232

R

Racismo 52, 53, 54, 55, 167, 169, 170, 172, 176, 177, 178

Recompensas 246, 247

Região metropolitana 233, 235, 237, 238, 239, 242, 244

S

Segurança hídrica 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 261

Sistema penitenciário 108, 118, 196

Sociedade incivilizada 96

Sus 61, 62, 63, 75, 76, 77, 78, 91, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217

Sustentabilidade 1

T

Territorialidade 233, 235, 236, 237, 243

Tráfico de drogas 221

Transexualidade 56, 57, 58, 61, 75, 76, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 92

V

Venezuela 66, 179, 180, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 191, 192

Violência 51, 52, 53, 54, 55, 57, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 77, 81, 104, 126, 127, 133, 136, 139, 142, 268

X

Xenofobia 167, 169, 174, 176, 177, 178, 182

